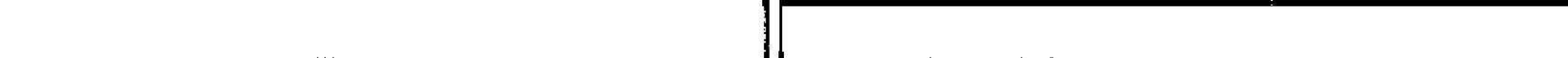


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

APROVADO RECUSADO

PROJETO:	LEI Nº 008/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016			
ASSUNTO: CRIA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER LEGISLATIVO DE ITAITINGA A OUVIDORIA PÚBLICA E REGULAMENTA A RESOLUÇÃO 001/2016, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
AUTOR:	JOÃO ROBERTO			
AUTOGRAFO:	610/2016			
			EM:	08 / 12 / 2016





APROVADO
08 / 12 / 16
Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

**PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 008/2016,
DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.**

"Cria na Estrutura Organizacional do Poder Legislativo de Itaitinga a Ouvidoria Pública e Regulamenta a Resolução 001/2016, na forma que indica e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA**, no uso de suas atribuições Legais, apresenta o presente Projeto de Lei que "Cria na Estrutura Organizacional do Poder Legislativo de Itaitinga a Ouvidoria Pública e Regulamenta a Resolução 001/2016, na forma que indica e dá outras providências".

CONSIDERANDO as orientações dadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, através do Ofício Circular nº 44/2015 - PRESI, de 26 de outubro de 2015, parte integrante deste Projeto de Lei e em obediência a Lei Federal nº 12.527, submete a Apreciação dos Senhores Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica instituída, na Estrutura Organizacional do Poder Legislativo de Itaitinga, a **OUVIDORIA PÚBLICA**, sendo esta, além de um instrumento de ligação entre o cidadão e o Poder Legislativo, um órgão auxiliar na fiscalização, captação, tramitação e encaminhamento das informações, sugestões, propostas e atividades questionadas pelos munícipes.

CAPÍTULO I
DA OUVIDORIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAITINGA

Art. 2º. Compete à Ouvidoria:

I - Receber, examinar e encaminhar aos órgãos operacionais, administrativos e legislativos da Câmara de Vereadores de Itaitinga, as reclamações ou representações de pessoas físicas e jurídicas a respeito de:

- a) Funcionamento ineficiente de serviços da Câmara de Vereadores de Itaitinga;
- b) Violação ou qualquer forma de desrespeito aos direitos e liberdades fundamentais;
- c) Ilegalidade e abuso de poder;
- d) Faltas éticas dos parlamentares;



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

e) demais assuntos recebidos pelo serviço de atendimento ao cidadão por intermédio de correio eletrônico, por telefone ou correspondência.

II - Sugerir medidas para sanear violações de direitos, ilegalidades ou abusos de poder;

III - Propor medidas necessárias à regularização dos trabalhos operacionais, administrativos e legislativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Câmara de Vereadores de Itaitinga;

IV - Encaminhar à Mesa Diretora denúncias que necessitem de maior esclarecimento junto ao Tribunal de Contas do Município, Ministério Público ou outros órgãos competentes;

V - Responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara de Vereadores de Itaitinga sobre procedimentos legislativos e administrativos de interesse dos mesmos;

VI - Propor à Mesa Diretora audiência pública com segmentos da sociedade;

VII - Encaminhar ao Poder Executivo e ao Ministério Público reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas a fim de que tomem conhecimento e manifestem-se a respeito;

VIII - Responder às questões relativas ao acesso à informação, na forma da presente resolução.

Art. 3º. O Ouvidor no exercício de suas funções, poderá, por intermédio dos órgãos estabelecidos no art. 7º:

I - Solicitar informações ou cópias de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara de Vereadores de Itaitinga;

II - Ter vista, nas dependências da Câmara de Vereadores de Itaitinga, às proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros procedimentos que se façam necessários;

III - Requerer ou promover diligências e investigações quando cabíveis, que deverão ser previamente comunicadas à Mesa Diretora.

Parágrafo único. Quando ocorrer demora injustificável na resposta às solicitações feitas pelo Ouvidor-Geral, ele poderá responsabilizar a autoridade ou o servidor.

Art. 4º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria, deverá, por solicitação da Mesa Diretora, ter ampla divulgação por intermédio da imprensa oficial da Câmara de Vereadores de Itaitinga.

Art. 5º. A Mesa Diretora assegurará à Ouvidoria o apoio físico, técnico e administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.



CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA
LEGISLANDO COM O POVO

Parágrafo único. A Ouvidoria no desempenho de suas atribuições, poderá realizar audiências públicas fora da sede do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II
DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 6º. Todos os setores da Câmara de Vereadores de Itaitinga deverão ser cientificados e instruídos a respeito da obrigatoriedade de observar as normas de caráter nacional introduzidas pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem por objetivo garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 7º. As informações a serem fornecidas pela Câmara de Vereadores de Itaitinga deverão ser divulgadas ao público mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os Princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo único. O acesso à informação será assegurado, também, mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.

Art. 8º. O acesso à informação de que trata essa Lei não se aplica às hipóteses previstas na legislação como sigilo fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Art. 9º. A fim de dar cumprimento ao art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11, a Câmara de Vereadores de Itaitinga, independentemente de requerimento deverá promover a divulgação em local de fácil acesso, no mínimo, das seguintes informações:

I - Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones, horários de atendimento ao público e identificação e contato da autoridade designada na forma do art. 30 desta Resolução;

II - Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - Execução orçamentária e financeira detalhada;

IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados e notas de empenho emitidas, indicando o nome do contratado, o objeto, o valor, o prazo contratual e demais informações pertinentes;

- dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

- VI - Remuneração e subsídio recebidos por agentes políticos e ocupantes de cargo, emprego e função pública, incluindo auxílios, ajuda de custo, e quaisquer outras vantagens pecuniárias;
- VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Parágrafo único. Sem prejuízo da divulgação por outros meios, as referidas informações deverão ser divulgadas no sítio oficial da Câmara de Vereadores de Itaitinga na rede mundial de computadores (internet), observando os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Art. 10. A Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Itaitinga será responsável pelo serviço de informações ao cidadão previsto no art. 9º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527/11:

- I - Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- II - Informar sobre a tramitação de documentos;
- III - Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria:

- I - O recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - O registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data de apresentação do pedido;
- III - O encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na internet e na Ouvidoria.

§ 2º Os pedidos de acesso à informação poderão ser recebidos por qualquer meio legítimo, inclusive fax, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12 desta Resolução.

§ 3º Na hipótese do § 2º será enviada ao requerente, comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pela Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Itaitinga, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 12. O pedido de informações de qualquer interessado deverá conter:

- I - Nome do requerente;
- II - Número de documento de identificação válido;
- III - Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

- IV - Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida;
V - Telefone para contato.

§ 1º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - Genéricos;
II - Desproporcionais ou desarrazoados;
III - Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação de dados e informações, serviço de produção e tratamento de dados que não seja de competência da Câmara de Vereadores de Itaitinga.

§ 2º No caso do inciso III, a Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Itaitinga deverá indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 13. Para o acesso às informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, sendo vedadas também quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.

Art. 14. O acesso às informações pessoais deverá respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como as liberdades e garantias individuais.

§ 1º Quando em risco os valores descritos no caput, as informações pessoais serão de acesso restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, podendo ser autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º - O consentimento de que trata o artigo anterior será dispensado nas hipóteses previstas na legislação federal.

§ 3º - Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

§ 4º - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, será assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

§ 5º - O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 6º - Aquele que tiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

Art. 15. O acesso aos documentos ou informações utilizadas como fundamento da tomada de decisão, será assegurado a partir da edição da decisão.

Art. 16. A Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Itaitinga deverá:

- I - Enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - Comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - Comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - Indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou ainda, se possível, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação, fornecendo-lhe o comprovante de protocolização;
- V - Indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 1º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do caput desse artigo.

§ 2º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, a Ouvidoria deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original, na forma disposta no art. 25 dessa resolução.

§ 3º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 2º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 17. Caso a informação esteja disponível ao público; em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, a Ouvidoria deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a Câmara de Vereadores de Itaitinga desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 18. O prazo para resposta do pedido será de 20 (vinte) dias, contados da data do protocolo do requerimento, e poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

Art. 19. Para o adequado exercício de suas atribuições, a Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Itaitinga poderá:

I - Requisitar informações às unidades e servidores da Câmara de Vereadores de Itaitinga, quando concernentes à respectiva atribuição legal;

II - Solicitar informações ao Presidente da Câmara de Vereadores de Itaitinga, quando relativas às atividades parlamentares e político-administrativas desempenhadas por Vereadores.

Art. 20. No caso de indeferimento do pedido de acesso à informação, deverá ser fornecido ao requerente o inteiro teor da negativa de acesso e seu fundamento legal, por certidão ou cópia, bem como deverá lhe ser informado sobre a possibilidade e o prazo para recurso.

Art. 21. - O prazo para o recurso contra o indeferimento do pedido de acesso às informações ou contra o não fornecimento das razões e fundamento legal para a negativa de acesso às informações por parte da Ouvidoria do Parlamento, será de 10 (dez) dias a contar da ciência do requerente.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itaitinga, a qual deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 22. O serviço de busca e fornecimento da informação será gratuito, salvo na hipótese de reprodução xerográfica de documentos, quando, sob a supervisão de um servidor indicado pelo Ouvidor e às suas expensas, o requerente remeterá os documentos a empresa especializada em cópias.

Parágrafo único. Quando a situação econômica do requerente não lhe permita reproduzir documentos sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, a reprodução dos documentos poderá ser feita nas dependências da Câmara de Vereadores de Itaitinga de forma gratuita.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA**
LEGISLANDO COM O POVO

Art. 23. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Art. 24. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no art. 27 deverão ser apresentados diretamente à Câmara de Vereadores de Itaitinga.

Art. 25. O agente público que der causa ao descumprimento das normas constantes desta Resolução estará sujeito às medidas disciplinares previstas na legislação desta Casa Legislativa e do Município de Itaitinga.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 26. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 27. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA, Itaitinga, 08 de novembro de 2016.


JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS
Presidente da Câmara Municipal de Itaitinga
Vereador JOAO ROBERTO - PRTE